

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Estudo Técnico Preliminar 221/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 60576.000412/2025-13

2. Descrição da necessidade

2.1. Lavar roupas de cama, mesa, banho, utilizados pela equipe de segurança patrimonial que atuam nos Blocos - Q e Anexo I do Bloco "O", bem como nas copas institucionais e Gabinete do Senhor Ministro. A demanda visa garantir a adequada higienização e apresentação desses itens, essenciais para o conforto, saúde e imagem institucional dos ambientes sob responsabilidade da Administração Central do Ministério da Defesa.

2.2. Justificativa da Contratação: A contratação de empresa especializada justifica-se pela ausência de estrutura física e de pessoal capacitado no âmbito deste Ministério para a execução dos serviços de lavanderia com os padrões de qualidade exigidos. A terceirização da atividade permite atender com eficiência e regularidade às necessidades operacionais das unidades militares e administrativas, promovendo a boa apresentação higiênica dos itens utilizados pela guarda militar interna e externa, GM, e demais áreas institucionais.

2.3. Justificativa de que se trata de serviço comum: O Serviço de lavagem de roupas de cama, mesa, banho, configura-se como serviço comum, conforme previsto na legislação vigente. Trata-se de atividade rotineira, padronizada e amplamente disponível no mercado, cuja execução não exige especificações técnicas complexas ou soluções customizadas.

2.3.1. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, serviços comuns são aqueles cujas características usuais permitem a definição objetiva dos requisitos de desempenho e qualidade, sendo passíveis de contratação por meio de critérios padronizados e amplamente conhecidos. A lavagem de roupas institucionais enquadra-se nesse conceito, pois envolve procedimentos técnicos convencionais, com parâmetros de qualidade definidos por normas de higiene e conservação têxtil, amplamente praticados por empresas do setor.

2.3.2. Adicionalmente, a natureza do serviço permite a comparação direta entre fornecedores, com base em critérios como preço, prazo de entrega, capacidade instalada e conformidade com normas sanitárias, o que reforça sua caracterização como serviço comum e viabiliza a adoção de modelos de contratação simplificados, como o pregão eletrônico, conforme previsto na legislação.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Gestão Alimentar - SEGAL	Eduardo Silva Lopes - Cap

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Trata-se de um serviço de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

4.2. A descrição dos requisitos para a escolha da solução, abrange contratação de empresa especializada na prestação de serviço de lavanderia, incluindo roupas de cama, mesa e banho, visando atender as necessidades deste Ministério da Defesa.

4.3. Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos neste instrumento.

4.4. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade:

4.4.1. A contratada deverá apresentar à AC/MD documento que comprove sua qualificação técnica para a execução do serviço, além dos dados da equipe responsável pela apanha e entrega dos materiais (nome, CPF e documento de identidade).

4.4.2. Todos os colaboradores da contratada deverão utilizar os Equipamentos de Proteção Individual adequados, conforme exigido pelas Normas Regulamentadoras e pela legislação vigente do Ministério do Trabalho e Emprego.

4.4.3. A Administração não fornecerá insumos de qualquer natureza. Assim, cabe à contratada incluir em sua proposta todos os custos necessários à execução do serviço, compreendendo materiais, equipamentos, logística e demais recursos.

4.4.4. Os serviços deverão ser realizados por profissionais capacitados e dentro de prazos adequados à natureza da demanda, os quais serão definidos no Termo de Referência.

4.4.5. A apanha e a entrega dos materiais ocorrerão no prédio da AC/MD, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "Q", Brasília/DF. As condições logísticas e horários serão detalhados no Termo de Referência.

4.4.6. O prazo de execução por lote será estabelecido no Termo de Referência, considerando práticas usuais de mercado e a capacidade instalada da contratada.

4.4.7. Caso seja identificado dano pré-existente em algum item entregue pela Administração, a contratada deverá registrar a ocorrência no Termo de Retirada, conforme modelo previsto no Termo de Referência.

4.4.8. A empresa contratada deverá possuir instalações adequadas à execução dos serviços previstos.

4.4.9. O recebimento provisório e definitivo dos serviços será conduzido por servidor designado pela AC/MD, de acordo com os procedimentos e critérios de avaliação que serão estabelecidos no Termo de Referência.

4.4.10. O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, mediante interesse das partes, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, conforme arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021. As prorrogações dependerão da comprovação de vantajosidade, da disponibilidade orçamentária e da manifestação expressa das partes.

4.4.11. A licitante deverá empregar produtos adequados ao processo de lavagem e higienização, de modo a evitar danos como desbotamento, rasgos ou desgaste dos tecidos, observando boas práticas e padrões técnicos.

4.4.12. Eventuais falhas ou imperfeições decorrentes da execução do serviço deverão ser corrigidas pela contratada em prazo compatível, a ser fixado no Termo de Referência.

4.5. Critérios e práticas de sustentabilidade:

4.5.1. Os critérios de sustentabilidade adotados nesta contratação seguem a Lei nº 14.133/2021, a Instrução Normativa nº 01/2010 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (8ª edição, 2025). Os requisitos abaixo representam exigências mínimas, compatíveis com a natureza do serviço e com práticas correntes de mercado.

4.5.1.1. Os detergentes utilizados deverão atender aos limites de concentração máxima de fósforo estabelecidos na Resolução CONAMA nº 359/2005 e demais normas correlatas.

4.5.1.2. Os produtos empregados na lavagem deverão ser fabricados por empresas regularmente inscritas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) do IBAMA, nos termos da IN IBAMA nº 06/2013 e da Lei nº 6.938/1981.

4.5.1.3. A contratada deverá comprovar a conformidade do detergente utilizado mediante ficha técnica ou laudo emitido por entidade competente.

4.5.1.4. Para aceitação da proposta, a licitante deverá informar o detergente que pretende utilizar, indicando marca e fabricante, acompanhados da documentação comprobatória.

4.5.1.5. Caberá ao pregoeiro solicitar ao licitante provisoriamente melhor classificado:

a) comprovação de que o detergente respeita a Resolução CONAMA nº 359/2005;

b) documento que ateste a regularização sanitária do produto junto à ANVISA, conforme Lei nº 6.360/1976, Decreto nº 8.077/2013, RDC nº 989/2025 e IN nº 394/2025.

4.5.2. Licença Sanitária Municipal ou Estadual: A empresa deverá possuir licença sanitária municipal ou estadual válida, contemplando a atividade de lavanderia e com vigência durante todo o contrato.

4.5.3. Boas Práticas de Armazenamento e Uso de Produtos Saneantes: A contratada deverá observar boas práticas de segurança química, incluindo:

- armazenamento em local ventilado, sinalizado e com contenção de vazamentos;
- segregação de produtos incompatíveis;
- uso obrigatório de EPIs pelos colaboradores;
- capacitação periódica da equipe em segurança e cuidados ambientais.

4.5.4. A contratada será responsável pelo fornecimento de todos os materiais, ferramentas, utensílios e equipamentos necessários, executando os serviços em suas próprias instalações, exceto a etapa de coleta e entrega. As práticas deverão seguir o art. 6º da IN SLTI/MPOG nº 01/2010, quando aplicável.

4.5.5. O descumprimento dos requisitos sanitários sujeitará a contratada às penalidades previstas na legislação sanitária federal

4.5.6. Todos os saneantes, domissanitários e produtos afins utilizados deverão estar devidamente notificados (risco 1) ou registrados (risco 2) na ANVISA, conforme RDC nº 989/2025 e IN nº 394/2025.

4.5.7. Saneantes biodegradáveis utilizados no processo de lavagem deverão estar regularizados na ANVISA e, quando exigido, possuir Certificado de Livre Comercialização.

4.5.8. A contratada deverá observar todas as normas legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, ainda que não mencionadas expressamente neste documento.

4.5.9. A contratada responderá, de forma exclusiva, por quaisquer danos ambientais, patrimoniais ou a terceiros decorrentes de sua atuação, omissão ou uso inadequado de materiais e métodos, nos termos da legislação vigente

4.5.10. A contratada deverá adotar medidas preventivas e corretivas necessárias, incluindo a manutenção de seguros compatíveis com os riscos da atividade e o atendimento às exigências dos órgãos de fiscalização ambiental

4.5.11. Consulta ao Catálogo Eletrônico de Padronização (CEP), instituído pela Portaria SEGES/ME nº 938 /2022, confirma que não há padronização específica para o objeto

4.6. Garantia da contratação, dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021:

4.6.1. A contratação em questão refere-se à prestação de serviço de lavanderia, de natureza rotineira e com baixo risco patrimonial para a Administração. Conforme o disposto no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia contratual é facultativa e deve ser avaliada conforme a complexidade técnica e os riscos envolvidos.

4.6.2. Considerando que o serviço não envolve fornecimento de bens, execução de obras ou riscos financeiros relevantes, conclui-se pela desnecessidade da exigência de garantia. A imposição de garantia, neste caso, poderia representar ônus excessivo ao contratado, sem contrapartida proporcional em termos de proteção ao interesse público.

4.6.3. Assim, em observância aos princípios da razoabilidade, economicidade e proporcionalidade, opta-se pela dispensa da garantia contratual.

4.7. Não haverá participação de empresas reunidas em consórcio:

4.7.1. A presente aquisição não prevê a participação de empresas reunidas em justificada pela baixa complexidade das aquisições pretendidas e pela existência de empresas no mercado nacional, individualmente, com qualificação técnica e econômico-financeira suficientes para a execução de contratos dessa natureza.

4.7.2. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos da habilitação do edital.

5. Levantamento de Mercado

5.1. As contratações devem ser comparadas com aquelas realizadas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, tanto no contexto nacional quanto internacional, com o objetivo de identificar novas metodologias, tecnologias ou inov

5.1.1. O levantamento de mercado envolve a prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, considerando as necessidades de consumo, estímulos sustentáveis e análises do ciclo de vida do produto (materiais, fabricação/produção, armazenamento, distribuição, uso e disposição). Para determinar a vantajosidade econômica da oferta, realiza-se uma pesquisa de mercado em termos de economicidade, utilizando o Mapa Comparativo de Preço.

5.1.2. Com o objetivo de compreender a dinâmica do mercado, identificar metodologias, tecnologias e inovações disponíveis, bem como mapear possíveis e potenciais fornecedores que atuem no ramo de atividade principal ou secundário compatível com o escopo desta licitação, o responsável pela elaboração do ETP realizou pesquisa de contratações similares efetuadas por órgãos e entidades da Administração Pública, por meio do Portal de Compras do Governo Federal, além de considerar práticas adotadas por organizações privadas.

5.1.2.1. Com o intuito de embasar a escolha da modalidade de licitação e compreender o comportamento do mercado fornecedor, foi realizada uma análise de contratações similares, tanto por este órgão quanto por outras entidades da Administração Pública. Essa pesquisa foi conduzida por meio do Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), do Ministério da Economia, acessado em 10 à 15 de setembro de 2025, no endereço eletrônico: <https://pncp.gov.br/app/atas?q=&pagina=1>.

5.1.2.2. A partir dessa análise, verificou-se que é recorrente a contratação de serviços com características semelhantes às demandadas por este órgão, sendo usualmente realizada por meio da modalidade Pregão Eletrônico, seja na forma tradicional ou por meio do procedimento auxiliar de Sistema de Registro de Preços (SRP).

5.1.2.3. Essa constatação está alinhada aos parâmetros previstos nos incisos I a V do artigo 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, os quais orientam a elaboração do Estudo Técnico Preliminar com base em práticas de mercado, disponibilidade de fornecedores, viabilidade técnica e econômica, e inovação. Conclui-se, portanto, que há ampla oferta de empresas aptas, em nível

nacional e internacional, com capacidade técnico-operacional para atender à demanda da Administração Central do Ministério da Defesa – AC/MD.

5.1.2.4. Com base nas informações levantadas, foram identificadas as seguintes metodologias para a condução da licitação em nível macro:

ÓRGÃO	UASG	ETP/TR	OBJETO	MODALIDADE	Vigência
Base Administrativa do Quartel -General do Exército	160007 - 4º Esquadrão de Aviação do Exército	-	Contratação de serviços de lavanderia	Pregão nº 90002 /2025 (SRP)	09/09/2025 a 08 /09/2026
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul	158132 - Inst. Fed. de Educ., Ciência. e Téc do Mato. G.do Sul	ETP nº 3 /2025 TR nº 67 /2025	Contratação de serviços contínuos de lavanderia	Pregão de eletrônico 90054/2025	05/09/2025 a 05 /09/2026
Comando do Exército	160232 - 13º Batalhão de Infantaria Blindado	TR nº 32 /2025	Contratação de serviços de Lavanderia	Pregão Eletrônico nº 90007/2025	01/09/2025 a 01 /09/2030
Comando do Exército	160265 - 15 Regimento de Cavalaria Mecanizado /RJ	-	Contratação de serviços de Lavanderia	Pregão Eletrônico nº 90004/2025	03/09/2025 a 03 /09/2026

5.1.2.5. Da análise das contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades, verifica-se que não foram identificadas metodologias, tecnologias ou inovações que atendam de forma mais adequada às necessidades desta Administração.

5.2. Com base na pesquisa de preços realizada pelo Núcleo de Pesquisa de Preços (NUPP), por meio dos Mapas Comparativos de Preços, verifica-se que as empresas atuantes nesse segmento demonstram capacidade individual para prestar o serviço e fornecer as peças do item em questão. Dessa forma, sob a ótica mercadológica, constata-se a existência de concorrência competitiva para o objeto da contratação, o que favorece a obtenção de economia de escala.

5.3. A análise comparativa de soluções de mercado tem como objetivo identificar as alternativas viáveis para atender à demanda de serviços, considerando não apenas o aspecto econômico, mas também os aspectos quantitativos e qualitativos, em termos de benefícios para o alcance dos objetivos da contratação. A solução mercadológica disponível, consolidada e amplamente adotada, consiste na prestação de serviços de forma especializada e contínua, em substituição a contratações pontuais ou fragmentadas.

5.4. Para atender à demanda, foram identificadas e analisadas as possíveis soluções, levando em conta critérios como eficiência operacional, redução de custos e maximização dos benefícios para a Administração:

5.4.1. Solução 1: Terceirização

Custo médio estimado anual:	R\$ 187.867,68
-----------------------------	----------------

Composição do custo:	
Preço médio por quilo:	R\$ 4,50 a R\$ 13,09
Volume médio mensal:	14.352 kg
Serviço	Inclui coleta, entrega, insumos, mão de obra e controle sanitário
Vantagens:	Redução de custos operacionais Eficiência técnica Conformidade com normas sanitárias Liberação de espaço físico
Desvantagens:	Dependência de terceiros: risco de interrupção por falhas contratuais Necessidade de fiscalização contínua: exige acompanhamento da execução Menor controle direto sobre o processo e qualidade Risco de judicialização em caso de descumprimento contratual

5.4.2. Solução2: Lavanderia Interna

Custo estimado anual:	R\$ 750.000
Composição do custo:	
Custos	Equipamentos industriais: R\$ 300.000 a R\$ 400.000 Equipe técnica: R\$ 250.000/ano Insumos e manutenção: R\$ 100.000/ano
Vantagens:	Controle direto da operação Personalização do serviço Atendimento imediato
Desvantagens:	Alto custo inicial: investimento elevado em infraestrutura Gestão complexa: exige equipe técnica e controle operacional Riscos sanitários: maior responsabilidade sobre conformidade Obsolescência de equipamentos: necessidade de reposição e atualização Espaço físico dedicado: impacto na estrutura do órgão

5.4.3. Solução 3: Parceria Público-Privada (PPP)

Custo estimado anual:	R\$ 600.000
Composição do custo:	

Custos	Remuneração por desempenho Contrato de longo prazo (10 a 20 anos) Investimento privado em infraestrutura
Vantagens:	Modernização tecnológica Eficiência operacional Redução de investimento direto da Administração
Desvantagens:	Processo de contratação complexo: exige estudos técnicos e jurídicos Prazo de implantação mais longo: estruturação pode levar meses Dependência de metas e indicadores: risco de subexecução se mal definidos Menor flexibilidade contratual: ajustes são mais burocráticos

5.4.3. Comparativo Quantificado:

Solução	Custo Estimado Anual (R\$)	Eficiência (1-10)	Benefícios (1-10)	Score Final
Terceirização	187.867,68	9	9	22
Parceria Público-Privada	600.000	8	8	18
Lavanderia Interna	750.000	6	7	13

5.4.6. Justificativa Técnica da Escolha pela Terceirização: A opção pela terceirização do serviço de lavanderia apresenta-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, considerando critérios técnicos, operacionais e econômicos. Com custo estimado anual de R\$ 187.867,68, essa solução oferece significativa redução de despesas operacionais, ao eliminar a necessidade de investimentos em infraestrutura, aquisição de equipamentos e contratação direta de pessoal especializado. Além disso, empresas terceirizadas já operam com escala e estrutura consolidada, garantindo maior eficiência na execução dos serviços, conformidade com normas sanitárias e agilidade logística, por meio de coleta e entrega programadas. Embora exija fiscalização contratual, a terceirização permite à Administração concentrar esforços em sua atividade-fim, assegurando qualidade, previsibilidade e economia de recursos públicos. Diante da análise comparativa realizada, a terceirização obteve o maior índice de custo-benefício, sendo tecnicamente recomendada como a solução mais eficaz para atender à demanda institucional.

5.4.7. Justificativa dos Cálculos e Natureza Estimativa: Os cálculos apresentados neste estudo foram realizados com base em parâmetros médios praticados no mercado nacional, considerando contratos similares firmados por órgãos públicos de pesquisa sumária na internet, dados de consumo estimado e custos operacionais típicos para cada modelo de prestação de serviço. Para a terceirização, foi adotado um valor médio por quilo de roupa lavada, multiplicado pelo volume mensal estimado, incluindo os custos com logística, insumos e mão de obra. No caso da lavanderia interna, foram considerados os investimentos iniciais em equipamentos industriais, despesas com pessoal técnico, manutenção e insumos. Para a Parceria Público-Privada (PPP), o custo foi estimado com base em modelos de remuneração por desempenho e economia de investimentos diretos. Ressalta-se que todos os valores têm caráter meramente estimativo, servindo como instrumento técnico de apoio à tomada de decisão, e não como orçamento definitivo. A finalidade é oferecer uma base racional e comparativa que permita à Administração identificar a alternativa mais vantajosa, conforme os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

5.5. Comparações das Formas de Aquisição

Solução 1: Realização de contratação direta:

Vantagens:

1. Celeridade processual;
2. Redução do custo homem-hora; e
3. Recebimento e pagamento célere.

Desvantagens:

1. Caracteriza-se fracionamento uma vez que ultrapassa o valor máximo;
2. Não realização do parecer jurídico e/ou parecer técnico, consequentemente uma menor segurança jurídica

Solução 2: Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços

Vantagens:

1. Não obrigatoriedade da aquisição e indicação de recursos orçamentários; e
2. Prazo de vigência de 1 (um) ano, prorrogado por mais um ano;

Desvantagens:

1. Dotação orçamentária já está prevista;
2. Maior tempo (IRP) até a efetiva contratação; e
3. Riscos com UASG participantes e caronas.

Solução 3 : Adesão a Ata de Registro de Preço - Carona e/ou UG Não Participante

Vantagens:

1. Maior celeridade processual.

Desvantagens:

1. Menor segurança jurídica; e
2. Menor economia de escala.

Considerações: Nesta situação, em específico, não existe no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais- SIASG.NET, o material correlato que supra a necessidade deste órgão. Neste contexto, a solução em questão não é viável ou vantajosa devido à inexistência hoje de um Registro contemplando todas as necessidades do órgão.

Solução 4: Realização de Pregão Eletrônico

Vantagens:

1. Maior segurança jurídica;
2. Maior economia de escala; e
3. Os bens e/ou serviços são comuns.

Desvantagens:

1. Riscos evidenciados no Gerenciamento de Riscos;

5.5.1. A Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) considera, entre as formas de aquisição analisadas, que a Solução 4 — realização de Pregão Eletrônico — é a mais sólida e adequada. Essa modalidade está plenamente alinhada com a legislação vigente, atende às necessidades do órgão e permite o planejamento e a padronização do objeto.

5.5.2. Justificativa para a Modalidade de Licitação e Critério de Julgamento

5.5.2.1. Trata-se da contratação de serviços continuados de lavanderia industrial para atender às necessidades do Ministério da Defesa, abrangendo a lavagem, higienização, secagem, passadoria, acondicionamento e entrega de roupas de cama diversas, guardanapos diversos e jogos americanos, durante o período de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação conforme legislação vigente.

5.5.2.2. O objeto possui características de serviços comuns, uma vez que pode ser especificado objetivamente no edital e no contrato, em termos de padrões de qualidade, quantidade e prazos de

execução. Não se trata de serviço técnico singular, nem de objeto de notória especialização, o que permite ampla concorrência no mercado.

5.5.2.3. A contratação observará a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), que determina a utilização do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns.

5.5.2.4. O critério de julgamento será o de Menor Preço Global, por ser o mais adequado à natureza do objeto.

5.5.2.4.1. Justificativa do critério: Permite comparar os custos totais da execução do serviço ao longo do contrato, evitando fragmentação de preços que poderiam distorcer a economicidade.

5.5.2.4.2. Assegura padronização da qualidade e da logística de coleta/entrega.

5.5.2.4.3. Evita riscos de contratação múltipla de fornecedores para itens correlatos, o que poderia gerar perda de eficiência.

5.5.3. Considerando os aspectos analisados, conclui-se que a alternativa em questão demonstra maior eficácia e eficiência para atender à demanda específica. Ressalta-se, ainda, a vantagem da celeridade e da economicidade processual, fatores que a tornam a opção tecnicamente mais adequada e economicamente mais vantajosa para a Administração Pública. Tal benefício adquire especial relevância quando a contratação é realizada por meio de Pregão Eletrônico, tendo por objeto a terceirização dos serviços, modalidade que assegura maior competitividade, transparência e racionalização dos gastos públicos.

5.6. Consulta ATA de Registros de Preços

5.6.1. Após a realização de uma análise detalhada das atas vigentes no Sistema de Registro de Preços (SRP), não foi identificada uma ata que atende plenamente às necessidades do Ministério da Defesa. A consulta foi realizada com o objetivo de encontrar uma solução eficiente e econômica para a Terceirização dos Serviços, conforme especificado no Estudo Técnico Preliminar.

5.7. Consulta Intenções de Registros de Preços

5.7.1. Após a consulta ao sistema de Intenção de Registro de Preços (IRP), não foram identificadas intenções divulgadas por outros órgãos que atendessem plenamente às necessidades do Ministério da Defesa. A referida consulta teve como objetivo encontrar uma solução eficiente e econômica para a terceirização dos serviços, conforme especificado no Estudo Técnico Preliminar.

5.8. Não há necessidade de realização de consulta pública, audiência pública ou diálogo com potenciais contratadas para coleta de contribuições, tendo em vista que a presente aquisição refere-se a material comum, nos termos do inciso XLI do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, sendo o quantitativo a ser adquirido facilmente encontrado no mercado.

5.8.1. Ademais, após o levantamento do mercado de que trata a alínea anterior, a quantidade de fornecedores em potencial não foi considerada restrita. Em virtude do exposto, não foi julgado como necessária a retificação da especificação técnica dos itens que se pretende adquirir, uma vez que todos os requisitos descritos são indispensáveis para o atendimento da demanda.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução como um todo da execução do serviço compreende todas as etapas desde o planejamento da contratação até o encerramento da prestação dos serviços, conforme descrito abaixo:

6.1.1. Coleta das peças nos locais definidos pela Administração:

6.1.1.1. Retirada das peças nos locais previamente definidos pela Administração, duas vezes por semana, em dias e horários acordados, com registro de volumes coletados.

6.1.1.2. Transporte em veículos adequados, devidamente higienizados e identificados, que assegurem a não contaminação e a preservação das peças.

6.1.1.3. Controle de volumes mediante planilhas ou sistema informatizado integrado, preferencialmente com rastreabilidade digital.

6.1.2. Processamento das Peças

6.1.2.1. Lavagem com água e detergentes adequados, utilizando máquinas industriais de alto desempenho, com baixo consumo de água e energia.

6.1.2.2. Secagem em equipamentos industriais com controle de temperatura para evitar danos às fibras.

6.1.2.3. Esterilização das peças quando aplicável, em conformidade com normas sanitárias e de saúde.

6.1.2.4. Passagem a ferro, dobragem, retirada de manchas, pequenos reparos (costura de pequeno vulto) e acondicionamento em sacos plásticos transparentes recicláveis ou biodegradáveis.

6.1.2.5. Armazenamento temporário em condições adequadas de higiene e ventilação, quando necessário.

6.1.3. Entrega e Controle de Qualidade

6.1.3.1. Entrega das peças higienizadas dentro dos prazos acordados, com registro de volumes.

6.1.3.2. Emissão de comprovante de entrega com assinatura digital ou física.

6.1.3.3. Relatório periódico de perdas, extravios ou não conformidades, com plano de ação corretivo.

6.1.4. Monitoramento e Fiscalização

6.1.4.1. Acompanhamento da execução por servidor designado ou equipe de fiscalização.

6.1.4.2. Verificação da conformidade dos serviços prestados com os padrões de qualidade definidos no contrato.

6.1.4.3. Aplicação de indicadores de desempenho (SLA – Service Level Agreement), tais como:

6.1.4.3.1. Pontualidade nas coletas e entregas.

6.1.4.3.2. Qualidade da lavagem (ausência de manchas, odores e avarias).

6.1.4.3.3. Integridade das peças (sem perdas ou extravios).

6.1.4.3.4. Sustentabilidade (uso racional de água e energia, descarte correto de resíduos).

6.1.4.4. Registro de não conformidades e aplicação de sanções quando cabível.

6.1.5. Avaliação Periódica

6.1.5.1. Realização de reuniões periódicas com a contratada para avaliação da execução.

6.1.5.2. Análise de relatórios de desempenho e indicadores de eficiência.

6.1.5.3. Recomendação de ajustes operacionais quando necessário.

6.1.5.4. Registro de lições aprendidas para subsidiar contratações futuras.

6.1.6. Encerramento da Contratação

6.1.6.1. Verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais.

6.1.6.2. Elaboração de relatório final de execução, contendo análise de desempenho, indicadores e ocorrências.

6.1.6.3. Encerramento formal do contrato e arquivamento da documentação.

6.1.6.4. Avaliação da necessidade de renovação ou nova contratação, com base em análise de custo-benefício.

6.2. Qualificação Técnica:

6.2.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

6.2.1. A declaração acima poderá ser assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

6.2.3. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso

6.2.4. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer a respeito de contratos executados com as seguintes características mínimas:

6.2.5. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

6.2.6. A soma dos atestados apresentados deverá comprovar o fornecimento de quantitativos, mínimos, equivalentes a **30% (trinta por cento)** da quantidade prevista para cada item deste Estudo Técnico Preliminar.

6.2.7. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

6.2.8. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

6.2.9. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

6.3. Justificativa para a não exigência de garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021

6.3.1. Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia nas contratações públicas é facultativa, devendo ser avaliada pela Administração conforme os riscos envolvidos na execução do contrato. No presente caso, conforme análise técnica constante do Estudo Técnico Preliminar, não será exigida garantia contratual, considerando que o objeto da contratação é a prestação de Serviço de Lavanderia, atividade de natureza rotineira, com baixa complexidade técnica e execução contínua.

6.3.2. A prestação dos serviços será acompanhada por fiscalização regular, conforme previsto no plano de gestão do contrato, o que mitiga eventuais riscos de inadimplemento. Além disso, o contrato não envolve fornecimento de bens de alto valor ou investimentos significativos por parte da contratada, o que reduz a necessidade de mecanismos adicionais de proteção à Administração.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Em observância ao disposto do inciso III, do art. 40, da Lei nº 14.133/21, as quantidades a serem adquiridas são justificadas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa foi obtida mediante adequadas técnicas quantitativas, admitindo o fornecimento contínuo.

7.1.1. A Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) adotou metodologia específica para a previsão de demanda, com base em fluxo de trabalho estruturado, a ser seguido pelos responsáveis pelo planejamento durante a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), esse fluxo contempla:

- 7.1.1.1. Levantamento histórico de consumo dos exercícios anteriores, com análise de registros de uso, contratos anteriores e relatórios de execução;
- 7.1.1.2. Identificação das necessidades atuais e futuras, considerando o crescimento da demanda, mudanças operacionais e requisitos legais;
- 7.1.1.3. Consulta às unidades requisitantes, para validação das estimativas e alinhamento com os objetivos institucionais;
- 7.1.1.4. Definição da quantidade estimada a ser contratada, com base em critérios objetivos e justificativas técnicas; e
- 7.1.1.5. Registro das premissas utilizadas, garantindo transparência e rastreabilidade do processo de planejamento.

7.2. A Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) definiu o seguinte fluxo de trabalho:

- 7.2.1. Definiu o horizonte temporal da previsão de demanda com base no planejamento anual da Administração. No caso concreto, a aquisição está referida a um único exercício financeiro, sendo dimensionada para atender às necessidades operacionais durante o período de um ano.
- 7.2.2. Classificou o padrão de comportamento da demanda como de variação regular. No caso concreto, observou-se que o quantitativo do suprimento não pode ser estabelecido de forma exata, porém a variação da demanda ocorre em torno de uma média previsível, conforme demonstrado pelos dados de consumo dos últimos quatro (4) anos.
- 7.2.2. Analisou a justificativa quantitativa da necessidade apresentada pelo demandante, conforme registrado no Documento de Formalização da Demanda (DFD) nº 265/2024 (8250488). Nesse documento, constam as razões técnicas e operacionais que fundamentam a quantidade do item a ser contratado, considerando o histórico de consumo, a demanda atual e a projeção de uso futuro.
- 7.2.3. Definiu o método estatístico e a técnica de coleta de dados a serem utilizados na previsão de demanda, com base em informações quantitativas extraídas do histórico de consumo constante na Planilha de Histórico de Consumo 2021 a 2024 (8250489).
- 7.2.4. Analisou as estimativas das quantidades a serem acompanhadas das memórias cálculo e dos documentos que dão suporte, de acordo com a necessidade deste Ministério, constam nas quantidades estimadas pela contratação dos serviços de Lavanderia conforme tópico específico Documento de Formalização de Demanda nº 265/2024 (8250488) e memórias de cálculo, Planilha de Histórico de Consumo 2021 a 2024 (8250489), tendo em vista as relações das novas necessidades que serão atribuídas ao novo processo em relação ao processo anterior (60585.000149/2022-19).
- 7.2.5. Foram levantadas as quantidades a serem contratadas para o prazo de 12 (doze) meses, constam na tabela abaixo:

Item	Especificação	Q t d Licitar em 2025	Q t d Consumida 2021	Q t d Consumida 2022	Q t d Consumida 2023	Q t d Consumida 2024
------	---------------	-----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

1	Prestação de serviços de lavanderia incluindo roupas de cama, mesa e banho, lavagem (com água), secagem em máquinas secadoras de roupas; esterilização, quando necessária; passagem a ferro quente; dobragem; retirada obrigatória de manchas; costura de pequeno vulto (cingir ou emendar), se for o caso; acondicionamento das peças em sacos plásticos transparentes e fechados (20x1); e transporte a cargo da empresa contratada, para coleta e entrega 02 vezes por semana.	14.352 Kg	13.551,01 Kg	14.526,87 Kg	12.203,36 Kg	12.711,73 Kg
---	---	-----------	--------------	--------------	--------------	--------------

7.3. Justificativa da Quantidade a Licitar em 2025: Em atendimento ao disposto no inciso III do art. 40 da Lei nº 14.133 /2021, a estimativa da quantidade a ser licitada para o exercício de 2025 foi fundamentada em análise técnica baseada no histórico de consumo dos últimos quatro anos (2021 a 2024), conforme registrado na Planilha de Histórico de Consumo (documento nº 8250489).

7.3.1. Para garantir maior precisão na previsão de demanda, a Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) adotou como metodologia a média aritmética simples dos quantitativos consumidos nos referidos anos.

7.3.1.1. A média aritmética dos valores acima resulta em 13.248,74 Quilogramas. Considerando a natureza do serviço e a variação regular observada no padrão de consumo, foi aplicada uma margem de segurança de 8% sobre a média, com o objetivo de mitigar riscos de subdimensionamento e garantir a continuidade dos serviços.

7.3.1.2. Assim, a quantidade estimada para contratação em 2025 é: $13.248,74 + 8\% = 14.328,64$ Quilogramas, arredondada para 14.352 Quilogramas.

7.3.2. Essa estimativa atende ao princípio da eficiência na aplicação dos recursos públicos, assegurando que a contratação esteja alinhada às necessidades operacionais e às projeções de uso futuro, conforme registrado no Documento de Formalização da Demanda nº 265/2024 (8250488).

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 187.867,68

8.1. A estimativa do valor da aquisição, quantidades, especificações e valor máximo aceitável desta contratação são as constantes do quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE DOS MATERIAIS OU SERVIÇOS						
Item	Descrição	CATSER	Und	Qtde	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

1	<p>Prestação de serviços de lavanderia abrangendo o tratamento de roupas de cama, mesa e banho, com as seguintes etapas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lavagem com água e secagem em máquinas apropriadas; • Esterilização, quando necessária, conforme as características das peças; • Passagem a ferro quente e dobragem adequada; • Remoção obrigatória de manchas; • Costura de pequeno vulto, como ajustes simples (cingir ou emendar), quando aplicável; • Acondicionamento das peças em sacos plásticos transparentes e selados, na proporção de 20 peças por saco (20x1); e • Serviço de coleta e entrega, sob responsabilidade da empresa contratada, realizado duas vezes por semana. 	19542	Kg	14.352	R\$ 13,09	R\$ 187.867,68
CUSTO TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO						R\$ 187.867,68

8.2. A estimativa de custos apresentada baseou-se nos seguintes documentos:

- Documento de Formalização de Demanda – DFD nº 265/2024;
- Planilha de Histórico de Consumo 2021 a 2024;
- Mapa Comparativo de Preços; e
- Análise Crítica dos Preços.

8.2.1. Considera-se, ainda, que os valores apresentados neste Estudo Técnico Preliminar possuem natureza estritamente estimativa, calculados a partir de parâmetros médios de mercado e contratações similares, e serão consolidados e refinados na fase de elaboração do Termo de Referência, conforme a metodologia de pesquisa de preços prevista no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 5º, incisos I a IV, da IN SEGES nº 65 /2021.

8.3. Conforme o inciso VI do art. 9º da IN SEGES nº 58/2022, avaliou-se a necessidade de sigilo do valor estimado até a conclusão da licitação, concluindo-se que, para este objeto, tal medida não se justifica. Considerando tratar-se de serviço comum, amplamente ofertado no mercado e com parâmetros de precificação estáveis e bem conhecidos pelos fornecedores, a divulgação prévia do valor tende a favorecer a competitividade e a formação de propostas mais vantajosas, não havendo ganho concreto na manutenção do sigilo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A presente contratação refere-se à prestação de serviços de lavanderia, abrangendo o tratamento completo de peças de cama, mesa e banho, incluindo lavagem, secagem, esterilização, passagem, dobragem, retirada de manchas, costura de pequeno vulto, acondicionamento e transporte.

9.2. Após análise técnica realizada pela Equipe de Planejamento da Contratação (EPC), concluiu-se que o parcelamento da solução é tecnicamente inviável, pelas seguintes razões:

9.2.1. Objeto indivisível: Trata-se de um item único, cuja execução exige padronização de procedimentos, controle de qualidade uniforme e responsabilidade técnica centralizada. A divisão do serviço entre diferentes fornecedores comprometeria a homogeneidade dos resultados e dificultaria a gestão contratual.

9.2.2. Perda de responsabilidade técnica: O parcelamento poderia gerar fragmentação da responsabilidade, dificultando a apuração de falhas, retrabalho e responsabilização por não conformidades, conforme alerta o Tribunal de Contas da União - TCU (Licitações e Contratos, Orientações e Jurisprudência do TCU, 5ª Edição).

9.2.3. Aumento de custos e complexidade administrativa: A contratação de múltiplos prestadores para um serviço contínuo e integrado implicaria maior esforço de fiscalização, multiplicação de contratos e possível perda de economia de escala, o que contraria os princípios da eficiência e economicidade.

9.2.4. Necessidade de logística integrada: O serviço envolve coleta e entrega duas vezes por semana, o que exige coordenação logística única para garantir pontualidade e regularidade, inviável em cenário de múltiplos fornecedores.

9.2.5. Dessa forma, a contratação em lote único é a alternativa mais adequada, garantindo eficiência operacional, controle técnico, economicidade e melhor atendimento às necessidades institucionais, conforme previsto no § 1º, inciso VIII, do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes relacionadas à presente demanda. A contratação anterior, atualmente em fase de encerramento, refere-se ao mesmo objeto e não configura vínculo técnico ou operacional com outras soluções, tratando-se de mera substituição contratual para continuidade do serviço.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação está devidamente alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA), conforme previsto no Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, que regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Assim, esta contratação foi incluída no plano por meio de justificativa formal, devidamente aprovada, garantindo conformidade com os princípios da legalidade, planejamento e eficiência que regem a administração pública.

11.2. O Plano de Contratações Anual (PCA) atualizado e aprovado pela autoridade competente está disponibilizado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observado o disposto no art. 14.

11.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000002/2025

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

III) Id do item no PCA: 1207

11.4. O Plano Diretor de Logística Sustentável - PDLS se caracteriza como instrumento de governança, vinculado ao planejamento estratégico do órgão ou entidade, ou instrumento equivalente, e às leis orçamentárias, que estabelece a estratégia das contratações e da logística no âmbito do órgão ou entidade, considerando objetivos e ações referentes a critérios de sustentabilidade, nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural. Entretanto, o PDLS deste Ministério encontra-se em fase de elaboração por comissão específica.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A presente contratação visa atender a uma necessidade identificada pela Administração Pública, alinhando-se aos princípios da legalidade, eficiência e economicidade que regem os processos administrativos. Ao considerar o planejamento estratégico institucional e os objetivos da política pública envolvida, busca-se garantir que os recursos públicos sejam aplicados de forma racional, transparente e voltada à geração de valor para a sociedade. Nesse contexto, é essencial explicitar os benefícios que se pretende alcançar com a contratação, a fim de orientar a tomada de decisão e assegurar a efetividade dos resultados esperados.

12.1.1. Entre os benefícios almejados, destacam-se:

12.1.1.1. Melhor aproveitamento de recursos humanos e materiais: A terceirização da lavanderia permite que servidores se concentrem em atividades finalísticas, enquanto especialistas cuidam da higienização de roupas e tecidos, com maior eficiência.

12.1.1.2. Garantia de qualidade e padronização: Empresas especializadas seguem normas técnicas (como ABNT) e protocolos sanitários, garantindo resultados consistentes e seguros.

12.1.1.3. Redução de custos operacionais: Evita investimentos em infraestrutura própria (máquinas, produtos, espaço físico), manutenção e pessoal, o que pode ser antieconômico para o órgão público.

12.1.1.4. Sustentabilidade: Pode incluir práticas sustentáveis como uso racional de água, produtos biodegradáveis e logística reversa, conforme exigido no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

12.1.1.5. Flexibilidade contratual: Permite ajustes conforme demanda, inclusive com previsão de ordens de serviço específicas, facilitando o controle e a medição dos resultados.

12.1.1.6. Segurança jurídica e eficiência administrativa: A contratação segue os modelos padronizados da AGU/MGI, o que reduz riscos jurídicos e acelera os trâmites de aprovação.

12.1.1.7. Controle de qualidade e fiscalização: O Termo de Referência deve prever indicadores de desempenho e critérios de medição, garantindo que o serviço contratado seja entregue conforme os padrões exigidos.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Considerando a natureza do objeto a ser contratado, verifica-se que não há necessidade de adoção de providências prévias por parte da Administração para viabilizar a execução contratual. O ambiente organizacional já se encontra devidamente estruturado para receber os serviços, não sendo exigidas adaptações físicas, tecnológicas ou operacionais. Da mesma forma, não se identificou a necessidade de capacitação específica de servidores ou de ajustes nos processos internos que possam impactar a efetividade da contratação.

13.1.1. Assim, entende-se que a prestação dos serviços poderá ocorrer de forma imediata e regular, conforme os termos pactuados, sem riscos adicionais decorrentes de omissões preparatórias. A ausência de providências a serem adotadas reforça a maturidade do planejamento e a adequação da contratação às condições atuais da unidade requisitante.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A contratação de serviços de lavanderia, especialmente em escala institucional, pode gerar impactos ambientais significativos, que devem ser cuidadosamente avaliados durante a fase de planejamento. Tais impactos decorrem das características operacionais do serviço, do uso intensivo de recursos naturais e da manipulação de insumos químicos, podendo afetar diretamente o meio ambiente e a sustentabilidade das atividades administrativas. A seguir, são destacados os principais impactos ambientais específicos que podem decorrer da execução desse tipo de serviço:

14.1.1. Consumo excessivo de água potável: Lavanderias industriais podem consumir grandes volumes de água por ciclo de lavagem, o que representa um impacto significativo em regiões com escassez hídrica ou em prédios públicos com metas de sustentabilidade.

14.1.2. Geração de efluentes com carga química elevada: O uso de detergentes, alvejantes, amaciantes e outros produtos químicos pode gerar efluentes com alto potencial poluente, exigindo tratamento adequado antes do descarte na rede pública de esgoto.

14.1.3. Uso de produtos químicos não biodegradáveis ou tóxicos: Alguns insumos utilizados podem conter substâncias nocivas ao meio ambiente, como fósforo, peróxidos ou solventes, que afetam a fauna aquática e o solo se não tratados corretamente.

14.1.4. Consumo elevado de energia elétrica: Equipamentos como lavadoras industriais, secadoras e calandras demandam alto consumo energético, especialmente se não forem modelos eficientes ou se operarem em horários de pico.

14.1.5. Emissão de gases de efeito estufa (GEE): Caso o serviço utilize veículos para coleta e entrega de roupas, há emissão de CO e outros poluentes, especialmente se a frota não for otimizada ou utilizar combustíveis fósseis.

14.1.6. Geração de resíduos sólidos contaminados: Filtros, embalagens de produtos químicos, panos de limpeza e outros resíduos podem ser classificados como perigosos, exigindo descarte conforme normas ambientais.

14.1.7. Ruído e poluição sonora: Em ambientes urbanos ou próximos a áreas sensíveis, o funcionamento contínuo de máquinas pode gerar desconforto ou violar limites de emissão sonora.

15. Providências Complementares

15.1. A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelece que o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) constitui o repositório centralizado e obrigatório dos atos relacionados às contratações públicas, prevendo, entre outros:

"Art. 174, § 2º – O PNCP conterá, entre outras, as seguintes informações acerca das contratações:
III – (...) avisos de contratação direta, editais de licitação e respectivos anexos."

15.2. Diante do exposto, o Estudo Técnico Preliminar (ETP), por ser apêndice ao Termo de Referência, é considerado anexo do edital ou do aviso de contratação e, portanto, deve ser obrigatoriamente divulgado no PNCP.

15.3. Em observância à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informação, e em atendimento ao art. 13 da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022:

"Art. 13 – Ao final da elaboração do ETP, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011."

15.4. A Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) avaliou que não há necessidade de classificação quanto ao grau de sigilo, prazos, informações ou valores sensíveis, conforme já descrito no subitem 8.3 deste documento.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1. Esta Equipe de Planejamento da Contratação declara a viabilidade e a razoabilidade da contratação de empresa especializada em Serviço de Lavanderia para o Ministério da Defesa com base nos elementos expostos neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 9º da IN 58/2022, da SEGES/ME.

16.2. De acordo com a PORTARIA DEADI-MD N° 4133, de 10 de setembro de 2025 publicada no Boletim de Pessoal e Serviço do MD nº 37, de 12 de setembro de 2025, foi designada a equipe de planejamento da contratação:

-

I - na condição de integrante requisitante:

Cap (EB) EDUARDO SILVA **LOPES**, CPF ***.632.566-**, lotado na Coordenação de Serviços Gerais (COSER).

II - na condição de integrante técnico:

SO (MB) FRANCISCO **ALEXANDRE** CALIXTO, CPF: ***.949.203-**, lotado na Seção de Gestão Alimentar (SEGAL).

III - na condição de integrante administrativo:

Cb (EB) JOÃO VÍTOR CARVALHO **MARECHÃO**, CPF: ***.288.618-**, lotado na Coordenação de Planejamento de Contratações (CPLANC).

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDUARDO SILVA LOPES

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 12/01/2026 às 10:48:35.

FRANCISCO ALEXANDRE CALIXTO

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 09/01/2026 às 15:43:26.

JOAO VITOR CARVALHO MARECHAO

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 09/01/2026 às 15:34:36.